

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

IARA CRISTINA DE QUEIROZ

**O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO
CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2011 A 2023**

**CURITIBA
2023**

IARA CRISTINA DE QUEIROZ

**O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO
CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2011 A 2023**

Artigo apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação do Campo e a Realidade Brasileira (CRB), do Curso de Especialização em Educação do Campo e a Realidade Brasileira a Partir dos Seus Pensadores (CRB), Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Cassia Hoeller

CURITIBA

2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

ATA Nº09.2023

**ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE ESPECIALIZAÇÃO PARA A
 OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES**

No dia dois de dezembro de dois mil e vinte e três às 14:00 horas, na sala 13B, UFPR - Setor Litoral (Rua Jaguariaíva, 512, Matinhos/PR), foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de monografia da discente **IARA CRISTINA DE QUEIROZ**, intitulada: **O DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PARANÁ NO PERÍODO DE 2011 A 2023**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: SILVANA CÁSSIA HOELLER (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LOURIVAL DE MORAES FIDELIS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela **APROVAÇÃO, com conceito APL**. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de especialista está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, SILVANA CÁSSIA HOELLER, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

MATINHOS, 02 de Dezembro de 2023.

SILVANA CÁSSIA HOELLER
 Presidente da Banca Examinadora

LOURIVAL DE MORAES FIDELIS
 Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

MAURÍCIO CESAR VITÓRIA FAGUNDES
 Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado digitalmente
LOURIVAL DE MORAES FIDELIS
 Data: 28/12/2023 18:13:39-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente
SILVANA CÁSSIA HOELLER
 Data: 28/12/2023 13:08:01-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente
MAURICIO CESAR VITORIA FAGUNDES
 Data: 28/12/2023 15:02:14-0300
 Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Endereço: Rua Jaguariaíva, 512 - MATINHOS - Paraná - Brasil
 CEP 83260-000

O Desenvolvimento das Políticas Públicas de Educação do Campo no Estado do Paraná no período de 2011 a 2023

“The Development of Public Policies for Countryside Education in the State of Paraná from 2011 to 2023”.

Iara Cristina de Queiroz

RESUMO

A educação do campo é uma política pública que objetiva garantir o direito de uma educação de qualidade aos sujeitos do campo. Ganhou expressividade, principalmente na década de 90, devido aos esforços dos movimentos sociais que reivindicaram uma educação diferenciada, contextualizada e emancipatória. A partir daí, diversos foram os marcos que deram vulto à essa política pública como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária de 1998, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo de 2002, entre outros. O objetivo deste trabalho foi analisar se houve a continuidade das políticas públicas de educação do campo no Paraná, nos governos sucessores a gestão de Roberto Requião, precisamente nos de Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Roberto Massa Junior (2018-2023). A metodologia aplicada foi qualitativa, com base numa revisão bibliográfica crítica das gestões sobre a política pública voltada a educação do campo. Os resultados demonstram que esses dois governos neoliberais ampliaram as relações com os entes privados, visando uma mudança da função social da educação, acolhendo uma pedagogia com visão empreendedora e voltada às metas de uma sociedade empresarial. As políticas públicas da educação do campo ainda resistem, mas estão sendo fortemente atingidas pelas atuais políticas que produzem nucleações de escola e esvaziamento do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. Políticas públicas. Gestão neoliberal, Função social da educação.

ABSTRACT

Countryside education is a public policy that aims to guarantee the right to quality education for countryside subjects. It gained expressiveness, in the 90s, due to the efforts of social movements that demanded a differentiated, contextualized, and emancipatory education. From then on, there were several milestones that gave

prominence to this public policy, such as the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education of 1996, the National Program of Education in Agrarian Reform of 1998, the Operational Guidelines for the Basic Education in Countryside Schools, 2002, among others. The objective of this work was to analyze whether there was continuity of public policies for rural education in Paraná, in the governments that succeeded Roberto Requião's management, precisely those of Carlos Alberto Richa (2011-2018) and Carlos Roberto Massa Junior (2018-2023). The methodology applied was qualitative, based on a critical bibliographic review of these managements on countryside education. The results demonstrate that these two neoliberal governments have expanded relations with private entities, aiming at change in the social function of education, embracing a pedagogy with an entrepreneurial vision and focused on the goals of a business society. The public policies of countryside education still resist but are being strongly affected by current policies that produce school nucleation and emptying of the countryside.

KEYWORDS: Countryside Education. Public policy. Neoliberal management, Social function of education.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e implementação de políticas públicas estão vinculadas a agendas e ações dos governantes. Para compreender a continuidade das políticas públicas de educação do campo no Paraná, foi preciso situar essa questão no cenário nacional, que apresentou avanços e retrocessos, conquistas e resistências, ao longo das últimas décadas. A educação do campo no Brasil resultou das lutas organizadas, que se originam de temáticas de conflitos pelos povos que anseiam por autonomia sobre seus territórios.

Acompanhando o processo brasileiro, o Paraná também teve processos fortes na evolução das políticas públicas de educação do campo na época do governo Roberto Requião. O objetivo geral desse estudo é verificar se houve a continuidade das políticas públicas de educação do campo no Paraná, nos governos subsequentes à Requião, precisamente os de Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Roberto Massa Junior (2018-2023) com linhas de gestão neoliberal.

Como objetivo específico, pretende-se observar a problemática de continuidade das que existem. A metodologia aplicada ao desenvolvimento do trabalho visa o estudo qualitativo e revisão bibliográfica crítica em torno do objetivo da pesquisa. Para Minayo (2012), o estudo qualitativo envolve a: compreensão,

interpretação e dialética além da experiência, vivência, senso comum e ação. Nesse sentido ela analisa que toda a reflexão supõe a presença e o acompanhamento do pesquisador em cada passo do trabalho, num movimento ao mesmo tempo somativo e de superação da fase anterior. Além disso Minayo (2012) reconhece que o percurso analítico e sistemático, tem o sentido de tornar possível a objetivação de um tipo de conhecimento que tem como matéria prima opiniões, crenças, valores, representações, relações e ações humanas e sociais sob a perspectiva dos atores em intersubjetividade e, que a análise qualitativa de um objeto de investigação, concretiza a possibilidade de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico.

Lima e Miotto (2007) postulam que trabalhar com a pesquisa bibliográfica significa realizar um movimento incansável de apreensão dos objetivos, de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico, exigindo vigilância epistemológica. Portanto, realizar uma pesquisa bibliográfica significa entender a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica e implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos.

No estudo, estão destacadas três temáticas que irão se complementar. O primeiro tema abrange a descrição sobre Educação do Campo, seu entendimento como educação, origem e desenvolvimento como Política Pública brasileira. O segundo assunto envolve o desenrolar panorâmico da Educação do Campo no Estado do Paraná, enquanto a terceira parte do texto, engloba alguns elementos para o debate acerca das particularidades das Políticas Públicas de Educação do Campos que se sucederam nos Governos de Roberto Requião, Carlos Alberto Richa e Carlos Roberto Massa Junior. Como fechamento do estudo, salienta-se aspectos que se tornaram relevantes no decorrer da pesquisa.

Política Pública da educação do campo no Brasil: origem e desenvolvimento

Conforme FONEC (2022), o modelo de Educação que defendem os povos do campo envolve o caráter popular, crítico e criativo; uma educação emancipadora e participativa, que dialoga com saberes locais e ancestrais, comprometida com a construção de um novo projeto de campo e de país, pressupondo a disputa ideológica/política/organizativa. Fator relevante na prática educativa, segundo Araújo

(2021), é a importância dada ao diálogo com as teorias pedagógicas, como as socialistas, que demonstram a relação trabalho-educação, a organização coletiva, a reflexão sobre a cultura no processo histórico, apropriando-se do pensamento educacional de Moisey Pistrak, Paulo Freire (que, em *Pedagogia do oprimido*, fundamenta e legitima a luta dos sujeitos do campo por emancipação e transformação social) e a *Pedagogia do Movimento Sem Terra*, em que Roseli Caldart é a principal referência.

Para Freire, a educação é uma ação cultural e deve estar associada a realidade dos seus sujeitos. “O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’ e ‘ensopados’”. (FREIRE, 2007, p. 19).

Os princípios da educação do campo, conforme Souza (2008) são: a educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido; a educação do Campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável; a educação do campo e o respeito às características do campo ou seja, é a formação humana que recusa a visão estreita e limitada da escola capitalista, cuja finalidade é a produção de mão de obra para o mercado.

Rodrigues (2014) cita que a Constituição de 1988, ao preceituar a educação, como direito de todos e dever do Estado, abriu espaço para um amplo debate acerca da oferta da educação para os povos do campo.

A Ruptura do conceito de educação rural para educação do campo, é, segundo CALDART (2015), o resultado de um olhar politicamente referendado na busca pelos direitos sociais. Souza (2008) explica que nos anos de 1980, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. Para Souza (2008), a existência de um número reduzido de escolas com o conteúdo pedagógico caracterizados pela ideologia do Brasil urbano fizeram com que os movimentos sociais produzissem documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo. As ações afirmativas resultaram no processo que culminou nas reformas educacionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96). A LDB,

em seu artigo 28, estabelece que: na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região (BRASIL, 1996).

Os avanços fizeram o fortalecimento dos sujeitos envolvidos nesse processo, possibilitando, no final dos anos 90, segundo Vantini et al. (2015), a criação de diversos espaços públicos de debate sobre a educação do campo, como: o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1997, organizado pelo MST e com apoio da Universidade de Brasília (UnB), entre outras entidades. No evento, os debates pontuaram a maneira que os povos do campo percebiam a formação dos indivíduos; as contestações sobre agronegócio e interesses econômicos em detrimento a agricultura familiar; além de ressaltarem que as políticas públicas de educação implantadas na área rural não atendiam a realidade desejada.

Conforme Hoeller (2020), o grupo que se originou do I ENERA organizou e articulou, em 1998, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (I CNE). Segundo Munarim (2014):

[...] é possível, então, dizer que se instala de vez um movimento organizado pelos próprios movimentos e organizações sociais do campo, com a participação de setores universitários, para ordenar uma pauta de suas reivindicações junto ao Estado, no que diz respeito à educação escolar (MUNARIM, 2014, p. 147).

O resultado da Conferência foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e posteriormente, conforme Hoeller (2020, p.47), “para dar resposta à demanda materializada pelos movimentos sociais, em 2002 o governo aprovou as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”. Em Santos (2012, p.631) o PRONERA é uma política pública, da esfera governamental, que atua “na educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e atendam a população assentada”. “O Programa, que demarcou a consolidação da luta e acesso dos camponeses à educação, apesar de ter sido criado em 1998, tornou-se reconhecido normativamente como Política Pública somente a partir do Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, após uma trajetória já traçada de resultados nas áreas de Reforma Agrária” (GUEDES ET AL., 2018 p.25).

O PRONERA, conforme Fernandes (2012), tem seu foco inicial na Educação Básica e hoje atua em todos os níveis, tendo um papel importante na formação técnica e no Ensino Superior, inclusive na Pós-Graduação. A partir das necessidades advindas das experiências do PRONERA, novas políticas públicas foram desenvolvidas para atender as necessidades do campo.

O Procampo por exemplo, foi um programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais que o MEC – Ministério da Educação, cria em 2008:

o programa tem a intencionalidade de ofertar formação prioritariamente aos educadores (as) que não têm formação superior e atuam na escola do campo nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. E logo após o acesso desse público, busca-se fazer a formação dos sujeitos que estão nas comunidades do campo que têm a intenção de ser educador (a) nas suas localidades (HOELLER,2020 p.160).

Hoeller (2020) ressalta que o estabelecimento do Decreto Presidencial nº. 7.352/2010, possibilitou também a organização das condições institucionais para a criação do Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, consolidando um conjunto de políticas necessárias ao fortalecimento da formação de educadores e das escolas do campo.

Silva (2020) observa dois momentos do Movimento Nacional da Educação do Campo: o primeiro, marcado por lutas e conquistas atreladas à conjuntura política e econômica que se estende de 1997 a 2010, com a constituição e institucionalização da educação do campo no Estado brasileiro, e o segundo, caracterizado por lutas e resistências, também atreladas à conjuntura política e econômica, que se estende de 2011 a 2019 com dois momentos específicos: o dos governos Dilma Rousseff-PT (2011-2016) e os governos Michel Temer-MDB (2016-2018) continuando com o início do governo Jair Messias Bolsonaro - PSL. Esse segundo momento é marcado pelo aprofundamento da política econômica neoliberal, com incremento do conservadorismo a partir do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

A Carta-Manifesto da 5ª FONEC (2018) chama a atenção para a crise estrutural que aconteceu no Brasil em 2016. Ressalta as medidas econômicas liberais adotadas pelo governo vinculadas ao sistema do capital e, nesse sentido, como a Educação foi uma área prioritária para expansão dos interesses desse sistema.

Iniciando com alterações na legislação como a reforma do Ensino Médio por meio da Medida Provisória 746/2016, que institui uma lógica gerencialista à gestão escolar e um currículo de natureza neotecnicista, abrindo espaço para a entrada solene e formal de empresas e suas organizações na disputa pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

FONEC (2022, p.03) destaca que “em se tratando de modelos de desenvolvimento, no Brasil identifica-se a existência de um modelo de desenvolvimento hegemônico, representado por uma burguesia interna que possui uma relação íntima e estreita com a burguesia mundial nos negócios e na política, que é subalternizado aos interesses do capital internacional, tendo como objetivo a exploração das riquezas naturais e acumulação de capital”. Uma das consequências do modelo, envolve o esvaziamento do campo, forjada na monocultura e no trabalho precarizado. Neste projeto de desenvolvimento, está a disputa pela educação que não contempla a Educação do Campo.

FONEC (2022) ressalta que desde 2016, a educação sofreu um processo de desmonte por parte do governo federal, intensificado a partir de 2018, quando retirou ações, recursos e infraestrutura que fortaleciam as políticas de educação do campo, investindo em políticas cujo modelo de desenvolvimento beneficia o capital internacional. Em 2018, ocorre na área de educação a promulgação de uma nova Base Nacional Curricular (BRASIL, 2018), que é um documento normativo e define um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica.

Em 2019, o decreto nº 9.465 de 2 de janeiro vem a extinguir a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECADI (BRASIL, 2019). Os argumentos decisórios presumiam que esse órgão era um complexo de setorização política capaz de intensificar a fragmentação das questões educacionais. O maior impacto, recaiu no Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária (Pronera), onde houve uma redução no orçamento de 70 para 3 milhões no período de 2008 a 2018 (BOGO, DE ARAÚJO, 2019). Além disso, esses autores afirmam que cresceram os índices de fechamento das escolas rurais e de amparo às populações do campo, devido as problemáticas vividas por elas. A Carta-Manifesto 20 Anos da Educação do Campo e do Pronera - 5º FONEC (2018) também expressa que, “não bastasse o desmantelo, há o anúncio de Diretrizes Curriculares do Ensino Médio que

determinam a oferta de 40% na carga horária do Ensino Médio e 100% da carga horária da Educação de Jovens e Adultos à distância, bem como que contabilizem as horas de cursos de qualificação profissional e de tempo de trabalho voluntário na carga horária do Ensino Médio e suas modalidades” (FONEC, 2022, p. 2).

Educação do Campo no Estado do Paraná

No Estado do Paraná, conforme Leineker e Abreu (2012), início dos anos 1990, mediante ação do MST, deu-se início o trabalho com a educação de jovens e adultos nos assentamentos, o que fez emergir o debate sobre a educação do campo.

No governo Requião, gestão 1992-1994, o Programa Especial Escola Gente da Terra teve como propósito dar atendimento específico e diferenciado aos sujeitos do campo. Trinta e seis Casas Familiares Rurais existentes no Estado, mediante a experiência da pedagogia da alternância, ofereceram contribuições ao debate da educação do campo. A experiência com 10 escolas itinerantes localizadas em 10 áreas de acampamento da Reforma Agrária no Estado, atendendo aproximadamente 1203 estudantes cumprem as diretrizes constitucionais que garantem o direito à educação (LEINEKER e ABREU, 2012, p.7).

Para Knopf (2013, p.98-100), O MST adotou como o objetivo primordial a busca para a implantação de políticas sociais de educação para o Campo.

“Assim, é realizado no Paraná, em 1999, no município de Querência do Norte, o primeiro Encontro de Educação do Campo. Os principais problemas apontados durante os debates foram a nucleação das escolas públicas e o fechamento das escolas do campo, que estavam acontecendo nesse período [...]”.

De acordo com Leineker e Abreu (2012), em 2002, o Estado do Paraná cria a Coordenação da Educação do Campo, a princípio com o objetivo de atender as escolas de assentamento e acampamento, posteriormente atingindo os demais sujeitos do campo. A criação da Coordenação da Educação de Campo, em Knopf (2013), foi aprovada pelo CNE mediante a aprovação do Parecer 1.012/2003.

Segundo Leineker e Abreu (2012), com os relatos dos gestores do estado que participaram ativamente da implementação de uma nova política educacional voltada para o campo, no período de 2003 a 2010, o Estado foi pressionado pelas forças populares a incorporar as reivindicações realizadas pela sociedade, especialmente pelos movimentos sociais organizados, elaborando junto aos gestores as políticas

públicas que garantissem o cumprimento da Constituição Federal de 1988, e a LDB 9.394/ 96, mais especificamente o artigo 28, voltado para a população que reside no campo.

Em conformidade com Hoeller (2020), no ano de 2006, como resultado da articulação entre o Estado, professores da rede pública estadual, Instituições de Ensino Superior (IES) e representantes de entidades e movimentos sociais de base popular, foram publicadas as `Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Paraná`. Outro documento importante para compreender as políticas públicas no Paraná são os cadernos temáticos da educação do campo de 2008, produzidos para subsidiar a prática educacional no âmbito dos desafios da educação do campo no Paraná.

Knopf (2013) expressa que a preocupação entre 2009 e 2010, tanto da equipe que coordenava a Educação do Campo na SEED/PR, quanto do Setor de Educação do MST, era o de criar um arcabouço jurídico que garantisse a continuidade das conquistas obtidas durante o governo Requião. Institui-se, desta forma, a Educação do Campo como Política Pública no Estado, por meio da Resolução nº 4.783/2010 – GS/SEED/PR.

Hoeller (2020) afirma que o Parecer CEE/CEB nº 1.011/10, aprovado em 06/10/10, tratou de Normas e Princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo. No mesmo documento encontramos a seguinte citação: “a identidade da escola do campo deverá ser definida pela comunidade escolar em conjunto com a comunidade local, devendo participar do momento de definição os gestores municipais e representantes estaduais”(HOELLER,2020,p.154) e; o documento promulga que o projeto político pedagógico deve ser construído nessas escolas do campo, respeitando as necessidades e características dos que vivem e trabalham no campo, fundamentando-se nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo (2002).

Afora isso, Hoeller (2020, p.155-156), destaca outros marcos desse período que regulam as políticas públicas de educação do campo no Paraná como:

- O Regimento do Comitê Estadual da Educação do Campo estava apoiado no Decreto Nacional nº 7.352/10, no Parecer CEE/CEB nº 1.011/10 e nas

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, instituindo o comitê como um órgão composto por instituições públicas, universidades, organizações governamentais, pastorais sociais, movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores envolvidos diretamente com as questões da vida do/no campo, ficando vinculado à Secretaria de Estado da Educação SEED. Esse comitê tinha a intenção de pensar políticas públicas para a educação do campo no Estado e organizar a sua articulação com os movimentos de sustentação.

- O Parecer nº 436/09 do Conselho Estadual de Educação, que autorizou a implantação do PROJOVEM Campo Saberes da Terra, é complementado pelo Parecer nº 292/10, que credenciou 16 escolas a participarem desse projeto, sendo esse um programa que contou com a parceria da Universidade Federal do Paraná com objetivo de fazer a formação continuada de professores que estavam atuando nas escolas do campo do Paraná. A formação também tinha a intenção de formar nas unidades escolares, turmas de Educação de Jovens e Adultos do Campo.
- A Instrução Conjunta nº 001/2010 SEED/SUED/SUDE, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, de 29/11/2010, instruiu sobre a implantação da educação do campo conforme o Parecer nº 1.011/10 do Conselho Estadual de Educação e a Resolução nº 4.783/10, que criou a educação do campo como política pública educacional.

Análise da Políticas públicas de Educação do Campos nos Governos de Roberto Requião (2003-2010), Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Roberto Massa Junior (2018-2023).

Para entendermos o atual processo de continuidade das políticas públicas de educação do campo no Paraná, é necessário delimitar um recorte temporal de gestões políticas que, irão se iniciar nos mandatos do governador Roberto Requião (2003-2010), continuando nos governos Carlos Alberto Richa (2011-2018) e de Carlos Roberto Massa Junior (2018-2023).

Para Souza (2016) trata-se, de governos que definiram diferentes estratégias políticas, orientadas por distintas concepções de Estado, sociedade e educação, que resultaram no estabelecimento de políticas públicas também diferenciadas.

Conforme Knopf (2013), uma política de governo está sempre subordinada à política de Estado, todavia, a política de Estado se desenvolve mediante a luta entre os interesses dominantes, que, muitas vezes, são conflitantes entre as frações dessa mesma classe e pela imputação das demandas dos trabalhadores ao Estado, imputações que ora são incorporadas estrategicamente em função do controle das forças sociais em luta, ora são proteladas ou repelidas.

Em 2003, assume o governo do Paraná, o Peemedebista Roberto Requião, cujas propostas de governo, segundo Souza (2016), se alinhavam às do, também eleito, presidente da República Luis Inácio Lula da Silva (PT). “Eram candidatos que faziam uma oposição aberta às políticas neoliberais adotadas até então, tanto em nível estadual como federal, que caíram em descrédito devido a seus efeitos colaterais que, naquela altura, se faziam sentir perante toda a sociedade e não podiam mais ser camufladas. “Mudança” era uma das palavras-chave em ambos os discursos. Em relação à educação, concordavam que esta deveria ser “direito de todos e dever do Estado” (SOUZA, 2016, p.190). Conforme Souza (2016), eles partiam do princípio de que o Estado, era necessário para a maioria da população e sua efetividade se dava, principalmente, através dos serviços públicos prestados, nas áreas da saúde, educação, saneamento e segurança.

Souza (2016,p.30), diz que há elementos que permitem enquadrar a gestão de Roberto Requião como “Administração pública societal”, uma vertente que se baseia nas experiências alternativas de gestão pública, como os Conselhos Gestores e o Orçamento Participativo , cujas raízes aparecem no ideário dos herdeiros políticos das mobilizações populares contra a ditadura e pela redemocratização do país, com destaque para os movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda e centro-esquerda, e as organizações não-governamentais.

Knopf (2013) cita que, com a nova conjuntura política, a jornada de lutas do MST foi intensificada para demarcar o posicionamento político diante do novo governo estadual, o que contribuiu para que as demandas pela Educação do Campo fossem atendidas. Completa que, nesse contexto, houve a luta pela legalização de áreas ocupadas para fins de Reforma Agrária, políticas de crédito e políticas educacionais.

Dentre essas últimas, houve a criação de uma Coordenação de Educação do Campo SEED/PR, para tender às demandas, aprovada pelo CNE mediante a aprovação do Parecer 1012/2003 e, a reformulação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo do Paraná sob o título “Diretrizes Curriculares da Educação do Campo da Rede Pública de Educação Básica do Campo do Paraná” (PARANÁ, 2005).

O governo de Roberto Requião apoiou as demandas dos movimentos por uma educação do campo específica e diferenciada. De acordo com Knopf (2013, p.99), “o apoio se materializa com a origem da ‘Articulação Paranaense: por uma Educação do Campo’, que passa a ser proponente de políticas de Educação do Campo junto ao Estado do Paraná”; também destaca que nos últimos anos, do governo Requião, em particular 2009 e 2010, a preocupação da SEED/PR e do Setor de Educação do MST, era o de criar um arcabouço jurídico que garantisse a continuidade das conquistas obtidas. Institui-se, desta forma, a Educação do Campo como Política Pública no Estado, por meio da Resolução nº 4783/2010 – GS/SEED/PR. Knopf (2013) salienta que a Educação do Campo no Paraná obteve vários avanços como a parceria com Universidades para a realização de cursos de formação de professores em nível superior, destacando : Pedagogia da Terra (Movimentos Sociais, UNIOESTE); Saberes da Terra (Território Cantuquiriguaçu, hoje Pró-Jovem Campo; parceria MEC, SEED/PR e UFPR; Especialização em Educação do Campo (UNICENTRO, UFFS, UNIOESTE); Cursos em Nível Médio e Pós Médio em Agroecologia na ASSESSOAR, ITEPA, Escola Milton Santos, Escola Latino Americana de Agroecologia – ELAA e CEAGRO

Terminado o mandato de Roberto Requião como governador do Estado, quem assumiu o governo em 2011 foi Carlos Alberto Richa (PSDB). Em conformidade com Souza (2016, p.30), no primeiro caso temos um governo que concebe que o Estado deve estar aparelhado para impedir manifestações de desigualdade de resultados e, no segundo caso, temos a “Administração Pública Gerencial” [...], nos termos de Figueiredo (1997, p.29), prevalece a ideia de mérito como eixo de sustentação das ações do Estado, cujas medidas devem ser suplementares às ações da iniciativa privada.

A política adotada pelo governador Carlos Alberto Richa, segundo Souza (2016), se manteve coerente com o projeto de Estado defendido pelo seu “grupo político” que esteve no poder durante a década de noventa, tanto a nível estadual

(Jaime Lerner), quanto federal (Fernando Henrique Cardoso). A ideia que prevaleceu para Souza (2016), em relação às políticas públicas, era a de que os gastos públicos com as políticas sociais deveriam ser reduzidos ao máximo, o que se efetivaria através de parceria com a iniciativa privada, que assumiria gradualmente as responsabilidades do Estado. Souza (2016) lembra que o modelo de planejamento de Richa, parte de uma concepção de "Gestão para Resultados dos Contratos de Gestão", descrito na Súmula do Decreto 3.505, de 14 de fevereiro de 2011, em seu artigo 1º:

Fica instituída, a nível de assessoramento na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, a Unidade de Gerenciamento dos Contratos de Gestão - UGCG, que tem por finalidade coordenar a implantação da Gestão para Resultados dos Contratos de Gestão, competência exclusiva da Pasta, bem como verificar sua adequação ao longo da sua execução (PARANÁ, 2011).

Souza (2016, p.212) destaca que “o Plano de Ação na Gestão da Escola foi estruturado à semelhança dos contratos celebrados entre o Governador do Estado do Paraná e cada uma das Secretarias de Estado, assumindo a responsabilidade de resolver questões relativas ao gerenciamento dos Contratos de Gestão”. Nesse sentido, o Plano de governo Carlos Alberto Richa (2011/2014), registrado em cartório e denominado “Um Novo Jeito de Governar” dá destaque a questão da “qualidade dos serviços públicos”, que deveriam estar em todas as ações do governo (SOUZA, 2016, p.212).

Zanardini (2007, p. 252) comenta que, a “implementação da administração pública gerencial”, tinha vistas “à reorganização do Estado” a partir da adoção de critérios de gestão que oportunizassem a redução de custos, definições de prioridades e de cobrança de resultados”, reforçando a lógica do capital.

Amaral; Kehler; Ferreira (2012) ressaltam que as políticas educacionais passam a ser orientadas pelo neoliberalismo que impõe a exigência da formação de trabalhadores aptos para o mercado de trabalho.

No campo das políticas públicas de educação, o projeto neoliberal vem atacando o sentido histórico da educação e da escola pública, visando a revisão de sua função social a partir de uma pedagogia empreendedora voltada às parcerias público-privadas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330)

Quando as exigências impostas à escola não são cumpridas, segundo Amaral; Kehler; Ferreira (2012), atribui-se a ela a ineficiência e a ineficácia, o que retira do Estado a responsabilidade sob a educação.

Conforme Silva (2018, p.54), “em 2012 é aprovado o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná cuja finalidade era modernizar a gestão do setor público”. Silva (2018) destaca que o Banco Mundial era responsável por financiar US\$ 350 milhões do projeto sendo o restante financiado pelo Estado e, enfatiza que a educação receberia o menor financiamento, demonstrando a falta de prioridade; completa relatando que segundo o IPARDES (2016, p. 8-9) para o setor educacional, foram propostos financiamento para três programas: (a) Sistema de Avaliação de Aprendizagem, (b) Programa de Formação de Professores, (c) Melhoria das Instalações Escolares do Estado (Renova Escola).

Para Silva e Deitos (2020, p. 13), “os três programas contemplados pelo projeto trazem em si a ideia de uma educação eficiente e eficaz”. Eficiente no sentido de buscar uma formação para os professores que os torne produtivos para o capital e eficientes na gestão de recursos, formando alunos conformados com o sistema. Os autores frisam que “o investimento em infraestrutura é pequeno face as necessidades de reformas e melhoramentos das escolas paranaenses e, que os programas de avaliações têm o sentido de apontar quais escolas estão no “caminho certo”, sob o ponto de vista dos organismos internacionais” (SILVA E DEITOS, 2020, p. 19). De acordo com Silva e Deitos (2020): “Escolas com maiores IDEB são vistas como escolas que têm cumprido sua meta e realizado seu papel de forma “louvável”, enquanto as que não atingem são culpabilizadas e tidas como fracassadas.”

Pereira (2018, p.333) cita que poucos meses após sua reeleição em 2014, o governo Richa passou a ser alvo de uma série de investigações que desnudaram práticas irregulares e, que em 2015, “foi deflagrada a Operação Quadro Negro para apurar um esquema de desvio de dinheiro público de obras de reforma e construção de escolas estaduais do Paraná” (PEREIRA, 2018, p.339). “Formado por um núcleo duro de nepotismo, o governo Beto Richa organizou diversas atividades aparentemente irregulares na Secretarias de Educação, na Receita Estadual, no Porto de Paranaguá e no setor ligado a obras “(PEREIRA, 2018, p.360). Em abril de 2018, Carlos Alberto Richa renuncia o cargo para concorrer ao senado federal.

Conforme Cervi, Cavassana, Sindovski (2018), em um ano de eleição presidencial polarizada, a corrida pelo governo paranaense, em dissonância com o cenário nacional, foi encabeçada por Carlos Roberto Massa Jr. (PSD) e Cida Borghetti (PP), dois nomes alinhados com o ex-governador Carlos Alberto Richa (PSDB) que tiveram cargos importantes no segundo mandato de Richa; Borghetti como vice-governadora e Carlos Roberto Massa Jr. como secretário de Desenvolvimento Urbano. Nas eleições de 2018, Carlos Roberto Massa Jr. (PSD) foi eleito em primeiro turno.

No início da sua gestão, em 2019, o governador Carlos Roberto Massa Jr., apresentou à Assembleia Legislativa seu plano de governo. Segundo a AEN (2019) era dividido em três grandes áreas (gestão de governo, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social) e englobava a modernização de áreas fundamentais como saúde, educação e segurança, além de programas para o agronegócio, infraestrutura e turismo.

Moll Neto (2015, p.55) salienta que o neoconservadorismo é um elemento importante para entendermos este período particular do capitalismo pois, os neoconservadores compartilham com os neoliberais o diagnóstico de que o culpado pela crise econômica é o Estado, e que, a promoção de políticas sociais, desestimulam o trabalho, diminuem a produtividade e tomam “o lugar da família, da igreja e da comunidade, enfraquecendo esses laços, supostamente, naturais”

Peroni, Caetano, Valim (2021) explicam que diferentes propostas integraram o debate público educacional, especialmente a partir das eleições de 2018, no contexto do governo de Jair Bolsonaro. Algumas propostas são vinculadas às perspectivas neoconservadoras, que se apresentam como estratégia ideológica de restauração do poder de classe. Dentre elas encontram-se:

- Projetos de lei de natureza do Escola sem Partido (ESP), que promovem a censura e interdição do trabalho docente em relação ao conteúdo educativo;
- programas que promovem a militarização de escolas públicas;
- e medidas que visam fomentar e regulamentar a prática de Ensino Domiciliar e contestam a frequência à escola.

Em 2019, criou-se o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares pelo governo de Jair Bolsonaro, prevendo a atuação de militares nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa em mais de 200 instituições educativas até o ano de 2023 (BRASIL, 2021).

Outro ponto que Peroni, Caetano, Valim (2021) destacam nesse contexto capitalista (neoliberal/neoconservador), é a educação voltada para o Empreendedorismo. Conforme os autores:

No Brasil, o empreendedorismo vem sendo inserido no currículo escolar com propostas da classe empresarial e instituições do terceiro setor, como a Reforma do Ensino Médio e a BNCC (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019), evidenciando as novas formas de organização do trabalho produtivo para qualificar em novas bases a juventude, com a justificativa de ser uma exigência para a educação do século XXI (PERONI, CAETANO, VALIM, 2021, p.8).

Para Peroni, Caetano, Valim (2021) o governo assume características gerenciais, configurando “governo empresarial”, que tem como proposta o cliente de serviços a ser buscado no mercado, já que o governo evita a prestação direta de serviços

Embora a legislação seja estatal e a escola permaneça pública, a execução das políticas poderá ser realizada por entes privados, ou seja, é o Estado Empreendedor em ação, facilitador de negócios, terceirizando a execução da educação em programas caracterizados pelo discurso da inovação, tecnologia, modernização, empreendedorismo, competências socioemocionais em detrimento da formação humana integral, em um novo projeto educacional e social. (PERONI, CAETANO, VALIM, 2021 p.11)

A privatização na educação é, de acordo com Peroni, Caetano, Valim (2021, p.4) portanto, uma forma de disputar e controlar seu conteúdo. Significa dizer que os projetos de privatização são, antes de tudo, projetos de classe, que objetivam difundir influências ideológicas por meio de diferentes instituições que constituem a sociedade civil, incluídas a escola e universidade, em um processo de construção ativa do consentimento político.

A Nota da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (2020), relata que o acentuamento da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) fez com que houvesse mudanças drásticas em cuidados com a saúde. A partir das recomendações da Organização Mundial da Saúde – OMS, foi orientado o isolamento social para diminuição da transmissão do vírus e, as aulas estaduais e municipais de

escolas públicas de educação básica foram suspensas. Isso aprofundou a precarização da Educação Pública e dos serviços públicos, que já vinham ocorrendo (ASSESOAR, 2020). Neste período, o governo do Paraná e a Secretaria de Educação (SEED) sob os mandos de Ratinho Junior e Renato Feder, instituíram um programa de educação à distância (EaD) para crianças e jovens da rede estadual de ensino (ASSESOAR, 2020). Para ASSESOAR (2020), com essa inovação tecnológica, o governo coloca a educação na lógica mercantil-privatista, privilegiando a dimensão econômica e não a educação, o que afirma o posicionamento de um governo neoliberal.

Em seu Plano de Governo para a reeleição denominado “Pra frente Paraná” (2022-2026), Carlos Roberto Massa Junior ressalta as realizações de 2019-2022 destacando que os estudantes do Paraná ganharam o mundo físico com os intercâmbios e se adaptaram integralmente ao universo virtual. Comenta das “inovações” que começaram já em 2019 com o Prova Paraná (avaliação constante das dificuldades e expertises dos alunos); o Educa Juntos (parceria com as prefeituras para formação continuada); no combate à evasão, com destaque para o Presente na Escola (programa de monitoramento da frequência escolar); Livro Registro de Classe Online (registro de frequência pela internet e em tempo real); Matrículas Online (iniciativa que traz maior agilidade aos pais); e o Novo Aplicativo Escola Paraná, ferramenta que apresenta toda a vida escolar dos estudantes, permitindo acesso ao calendário escolar, grade horária, frequência e rendimento, inclusive com as notas parciais. E, continua, relatando sobre a diversificação dos modelos de escola com a implementação do programa Colégios Cívico-Militares do Paraná em 199 colégios; a oferta de “nova roupagem” na Educação Profissional, atingindo 633 escolas de 255 municípios, com pautas voltadas ao desenvolvimento técnico; a Educação de Jovens e Adultos que foi reformulada e deixou de ser por disciplinas isoladas; e a Escola Agrícola 4.0, projeto que visa a criação de um espaço voltado à inovação e ao uso de tecnologias na agricultura. (PLANO DE GOVERNO RATINHO JUNIOR, 2022-2026, p.23).

Em conformidade com o professor Élio da Silva (Brasil de Fato, 2023), da APP Sindicato, a Secretaria de Educação implantou um modelo neoliberal de educação quando segue legislações como Lei 7.943 e Resolução 7.123/2022, pois a partir

delas, a Seed estabelece metas quantitativas a seguir, como a presença de estudantes em sala de aula, o acesso a plataformas com tarefas on-line e, observação das salas de aula que resulta em relatórios punitivos através da comissão de avaliação da qual a Seed faz parte, não oferecendo contrapontos para a melhoria da escola. Costa e Caetano (2021) afirmam que em relação à educação, a educação para a democracia e a gestão democrática parece não integrar o horizonte da educação e da escola nesse projeto.

Conforme a dissertação de mestrado de Vanessa Reichenbach “Fechamento das Escolas do Campo no Estado do Paraná (1997-2017): Violação do Direito a Educação” (2019), a mudança da estrutura das atividades econômicas desenvolvidas no Estado que priorizam a exportação, tem colaborado para o fechamento dessas escolas. Segundo estudos feitos pelo IPARDES (2020), o agronegócio tornou-se destaque no cenário econômico atual, sendo responsável por 33,9 % do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado. Os técnicos levaram em conta dados existentes sobre a produção estadual entre os anos de 2012 e 2017. Essa radicalização do agronegócio no Paraná conforma paradigmas importantes no campo que direcionam as políticas e práticas educativas efetuadas no meio rural, sendo agente da exclusão social e educacional, contribuindo para negação dos direitos e identidade dos sujeitos.

No Paraná, a luta contra o fechamento de escolas do campo tornou-se bandeira dos movimentos sociais. O MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), questiona o fechamento das escolas nos últimos anos e a qualidade das que existem. O MST “Busca lutar e pressionar o Estado por melhorias e por criação de mais escolas e impedir que outras mais sejam fechadas, e isso é feito por meio da campanha “Fechar escolas é crime” (KNOPF, 2013, p.69). Além disso, há um contexto de retrocessos políticos e sociais que ameaçam os direitos conquistados pelos povos do campo e colocam em risco a continuidade da educação do campo como um projeto emancipador e transformador. O fechamento das escolas é uma cadeia de várias ações, iniciando com a dominação da classe burguesa, a ausência do estado com a falta de uma política sólida para a educação.

Em Andrade e Rodrigues (2020, p.3) encontramos que “de acordo com um relatório apresentado pela UFSCAR, “das mais de 100 mil escolas rurais que existiam em 2002 no Brasil, 17 mil foram fechadas, isso representou, nas regiões Sul e Centro-

Oeste, uma redução de mais de (39%), seguidas pela região Nordeste (22,5%), Sudeste (20%) e Norte (14,4%)”.

Em sua pesquisa, Hoeller (2020) relata que:

Em 2000, o Censo Escolar contabilizou 3.043 escolas do campo, mas em 2008, esse número caiu para 1.775. O dado de 2018 contabiliza 1.505 estabelecimentos do campo, ou seja, de 2008 a 2018, foram desativadas 270 unidades escolares do campo, no Paraná. E em 18 anos (2000 a 2018), 3.313 unidades escolares foram fechadas. Esse processo de fechamento significa a restrição de acesso à educação, o desaparecimento de comunidades que viviam em torno da escola, a saída das populações do campo em busca de educação para os jovens, entre outras consequências (HOELLER, 2020 p. 152).

A ausência do Estado em garantir as condições estruturais para o funcionamento das escolas do campo, de acordo com Rodrigues et al. (2017), faz com que os estudantes que vivem em “comunidades que apresentam baixo número de matrículas ou caracterizadas como isoladas, devido à precária infraestrutura” sejam alocados em “escolas de comunidades vizinhas mais bem aparelhadas” (RODRIGUES et al., 2017, p. 709). “Muitos estados vêm reorganizando suas respectivas redes escolares em um provável processo de nucleação escolar que centralizaria as escolas em áreas urbanas, criando uma concentração educacional urbana” (RODRIGUES et al., 2017, p. 709). Por outro, “algumas justificativas para o fechamento vêm sendo divulgadas há décadas: problemas de infraestrutura, qualificação profissional insuficiente e baixo número de jovens vivendo em localização fora da cidade” (LUTHER; GERHARDT, 2018, p. 304).

Para Costa (2022), no Estado do Paraná, as ações do governo relacionadas à educação, tomam caminhos diferentes daquele traçado pela Constituição Federal de 1988, que admite três objetivos para a educação sendo que um deles, é a formação plena do indivíduo e não apenas a inserção do trabalhador no mercado, reduzindo a educação a um insumo econômico e a uma estratégia disciplinadora doutrinária.

CONCLUSÕES

A educação do campo no Paraná é um tema que envolve diferentes atores sociais, políticos e econômicos, que têm interesses e visões distintas sobre o papel da escola e do conhecimento no desenvolvimento do campo.

A continuidade da política pública de educação do campo no Paraná nos governos de Roberto Requião (2003-2011), Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Roberto Massa Junior (2018 – 2023) é um tema controverso, que depende do ponto de vista e dos critérios adotados para analisá-la. De acordo com o descrito na pesquisa acima, é possível identificar alguns aspectos que indicam continuidade e outros que indicam descontinuidade.

Um aspecto que indica continuidade é a existência de uma legislação estadual que institui a educação do campo como política pública, por meio da Resolução nº 4.783/2010 . Essa resolução foi elaborada no governo de Roberto Requião e manteve-se vigente nos governos de Carlos Alberto Richa e Carlos Roberto Massa Junior, estabelecendo as diretrizes curriculares da educação do campo no Paraná. Essas diretrizes expressam o reconhecimento dos sujeitos do campo como protagonistas de sua própria educação, respeitando suas identidades, culturas e demandas.

Um aspecto que indica descontinuidade, é a mudança de orientação política dos governos que refletiu em diferentes prioridades, investimentos e programas. O governo Roberto Requião defendia uma concepção de Estado necessário para a maioria da população e uma educação como direito de todos e dever do Estado. Roberto Requião (2003-2011), em sua gestão, realizou e estimulou diversas ações em prol da Educação do Campo no Paraná como: a criação da Coordenação da Educação do Campo na Secretaria de Estado da Educação; realização de seminários estaduais e regionais sobre a educação do campo; a elaboração das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo; a implantação de programas como o Escola da Terra, o Jovem Agricultor Aprendiz e o Pronacampo; parceria com universidades federais e estaduais para a formação inicial e continuada de professores para a educação do campo; destinação de recursos financeiros para a melhoria da infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo, fazendo com que as reivindicações da forças sociais fossem materializadas pelas políticas coletivamente construídas, reforçando assim, a democracia constituída em nosso país.

Os dois governos sucessores ao governo Roberto Requião (2003-2011), precisamente os governos de Carlos Alberto Richa (2011-2018) e Carlos Roberto Massa Jr. (2018-2023), definiram diferentes estratégias políticas, orientadas por concepções de Estado, sociedade e educação também distintas. Tais estratégias resultaram no estabelecimento de políticas públicas, que não levaram em conta a continuidade das políticas de Educação do Campo, pois, o projeto neoliberal que adotam, ataca o sentido histórico da educação e da escola pública, visando a revisão de sua função social a partir de uma pedagogia gerencialista e empreendedora voltada às parcerias público-privadas. As agendas políticas dos dois governos, foram voltadas aos interesses do agronegócio e de empresas privadas, agregadas ao bloco do poder e, ao neoconservadorismo, presente na gestão de Carlos Roberto Massa Jr.

Em breve síntese podemos descrever que o governo Carlos Alberto Richa foi marcado por uma postura neoliberal gerencial, que reduziu os gastos públicos com as políticas sociais e favoreceu as parcerias com a iniciativa privada. A redução dos gastos públicos incidiu nos investimentos voltados para educação, desvalorizando e precarizando esse setor e, repercutindo nos programas de Educação do Campo. A consequência disso se refletiu no fechamento de escolas do campo e na nucleação de turmas; na dificuldade de diálogo e de participação dos movimentos sociais e das comunidades do campo na gestão educacional.

Carlos Roberto Massa Junior (2018-2023), em seu plano de governo, apresentou propostas para a educação que se basearam na modernização e na inovação da gestão educacional, na diversificação dos modelos de escola, na formação profissional e no empreendedorismo, desconsiderando as especificidades dos sujeitos do campo, privilegiando o mercado e a produtividade em detrimento da formação humana integral. Essa postura afetou a continuidade das políticas públicas de educação do campo no Paraná, uma vez que há a manutenção da baixa prioridade e da escassez de recursos para esse segmento educacional.

Portanto, a continuidade das políticas públicas de educação do campo no Paraná, depende da forma como se avalia a política pública de educação. Se for considerada apenas a legislação vigente, pode-se dizer que houve continuidade. Se forem consideradas as ações concretas dos governos, pode-se dizer que houve descontinuidade.

Por fim, a educação é um direito humano fundamental, que deve ser garantido pelo Estado e pela sociedade, de forma universal, gratuita e de qualidade e, é um instrumento de emancipação e de transformação social, que deve respeitar educandos, bem como as suas demandas e necessidades específicas.

Entende-se que as políticas públicas de Educação do Campo devem dar possibilidades de transformação da realidade dos sujeitos envolvidos. Isso significa que a educação deve ser concebida como um processo emancipador, que reconheça os sujeitos do campo como protagonistas de sua própria educação, respeitando suas especificidades e, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse é o caminho proposto pelos movimentos sociais que lutam pela educação do campo no Paraná.

REFERÊNCIAS

AEN , Agência Estadual de Notícias, 2022. **RATINHO JUNIOR apresenta plano de governo à Assembleia Legislativa.** 2022. Governo do estado do Paraná Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Ratinho-Junior-apresenta-plano-de-governo-Assembleia-Legislativa>. Acesso em: 01 jun. 2023

AMARAL, C.L.de C.do; KEHLER, G.dos S., FERREIRA, L.S.F. Implicações da gestão educacional democrática no trabalho dos professores. In: LARA, A.M.de B.; DEITOS, R.A. **Políticas Educacionais:** Um exame de proposições e reformas educacionais. Cascavel: Edunioeste, 2012. P. 263-290.

ARAÚJO, M. Poder político e ação política do MST por educação do campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais. **Revista Princípios**, Prado, Ba, p. 245-269, mar.2021. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/114> Acesso em: 22 de mai de 2023.

ASSESOAR - ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Nota da Articulação Paranaense por uma Educação do Campo.** Francisco Beltrão, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://assesoar.org.br/nota-da-articulacao-paranaense-por-uma-educacao-do-campo/>. Acesso em: 5 jun. 2023.

BOGO, A.; DE ARAÚJO BOGO, M.N. R. A emancipação dos assentamentos e a educação do campo. **EDUCAÇÃO DO CAMPO E PROJETO**, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Magno-Farias/publication/337063717_EPISTEMOLOGIA_DOS_MOVIMENTOS_SOCIAIS_DO_CAMPO_reflexoes_a_partir_das_teorias_decoloniais_e_pos-coloniais/links/5dc328f8a6fdcc2d2ff7cc6a/EPISTEMOLOGIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-DO-CAMPO-reflexoes-a-partir-das-teorias-decoloniais-e-pos-coloniais.pdf#page=92. Acesso em 22 de nov de 2022

BRASIL DE FATO (Pr) - **Crise na educação no Paraná | Ratinho Jr.** Fecha a porta para negociação com professores de universidades estaduais. Brasil de Fato / Curitiba (Pr), Edição 303. 01 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2023/06/01/brasil-de-fato-pr-edicao-303>. Acesso em: 06 jun. 2023

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, ano 147, n. 215-A, p. 1-2, 5 nov. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 25 jun. 2023.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. **Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil.** Brasília, 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação nacional. **Diário Oficial da União.** Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação (org.). **Base Nacional Curricular Comum: educação é a base**. Brasília: Mec, 2018. em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 de mai de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria Interministerial nº 17, de 10 de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) e define suas diretrizes, objetivos e ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 abr. 2013. Seção 1, p. 8

CAETANO, M.R. **Neoliberalismo, Gerencialismo e Educação**: o projeto do empresariado para a América Latina. Processos de privatização da educação pública brasileira. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2789/848> págs. 261- 279 Acesso em 05 de jun de 2023.

CALDART, R. S.; STEDILE, M. E.; DAROS, D. [Orgs.]. **Caminhos para transformação da Escola -Vol II**: Agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CERVI, E. U.; CAVASSANA, .; SINDERSKI, R. M. Conteúdo e engajamento on-line na eleição do governador do Paraná: a campanha de Ratinho Jr. no Facebook em 2018. **Comunicação e Política**, p. 20. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60983838/2019_Ebook_ComunicacaoPolitica20191022-80574-1ak55oc-libre.pdf?1571763141=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3D2019_livro_Comunicacao_e_Politica_Interf.pdf&Expires=1685649086&Signature=eyuKjmSPMxmBxje1P-1CKq8jfGzj6JhwEkzjde7pH6cbBUBhjHY3FYLjwS1u6hovu0TC5lssDh7S12OjemrbUc rmgKqwpVOC6ykQu4Vo4zFbkHPHYXRgDGYI6At3ACHx4pZKxIz9CzYalgiLuHWMZY2Yd0wvU4YEaVrylBxPA~CX25aPcWUlySmMFOmgGQtF7UE7oAa5a1ez1eBC~bS ZO3TxWg3JXfeV3xXYZAVNYicqvoJXsAJpcc0JNbi~dM~kXlqNenpNNMWF9V7AxCrF aJ8l0lq6AToUojRq3YqM58TnRIRKAiyEZdw-Bsруб2SYtrVI6-okR6oNN9bJrA0kCg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=21 Acesso em 01 de jun de 2023.

COSTA, M. O.; CAETANO, M. R. Neoliberalismo, gerencialismo e educação: o projeto do empresariado para a América Latina. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 44, p. 1-24, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57593>. Acesso em: 01 jun. 2023.

COSTA, M. C. **A Inserção de atores privados no sistema educacional do estado do Paraná (2019-2022) e a ressignificação do direito à educação**. Processos de Privatização da Educação Pública Brasileira, Capítulo 4, p. 71, 2022. https://www.researchgate.net/publication/365055972_PROCESSOS_DE_PRIVATIZACAO_DA_EDUCACAO_PUBLICA_BRASILEIRA_DIALOGOS_ENTRE_PESQUISADORAS Acesso em 25 de mai de 2023.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 402 p. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/xxsVpyd63D47tnb9ncmJJLy/> Acesso em 25 de mai de 2023

FERNANDES, B. M. Reforma Agrária e Educação do Campo no Governo Lula. **CAMPO - TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012. Disponível em :

https://www.researchgate.net/publication/366458276_Reforma_agraria_e_educacao_do_campo_no_governo_Lula Acesso em: 14 de abr. de 2023.

FIGUEIREDO, A. C. Princípios de justiça e avaliação de políticas **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L]. n.39 . p. 96-103. CEDEC. 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/458bwWSxTPTLf7Vqh9Syq3P/> Acesso em 30 de mai de 2023.

FONEC - 5º Fórum Nacional de Educação do Campo. **Carta-Manifesto 20 anos da Educação do Campo e PRONERA**. Brasília, DF. Junho de 2018. Disponível em:

<https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/CARTA-MANIFESTO-20-ANOS-DA-EDUCACAO-DO-CAMPO-E-DO-PRONERA-2018.pdf> Acesso em 23 de jun de 2023

FONEC. (2022). **INFORME BRASIL_CITREC_FINAL**. Outubro de 2022. Disponível em https://fonec.org/wp-content/uploads/2022/10/INFORME-BRASIL_CITREC_FINAL15.10.2022-2.pdf Acesso em: 07 de nov de 2022

FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. Disponível em: <https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/12/paulo-freire-educacao-e-mudanca-desbloqueado.pdf> Acesso em 19 de abr de 2023

GUEDES, C. et all. **Memoria dos 20 anos da educação do campo e do PRONERA**. Brasília-DF: Universidade de Brasília. Cidade Gráfica, 2018 Disponível em: https://fonec.org/wp-content/uploads/2021/04/Memoria-dos-20-anos-da-educacao-do-campo-e-do-PRONERA_16.04.2021.-1.pdf Acesso em 20 de abr. de 2023.

HOELLER, S. C. **A política pública de educação do campo: trajetória, contradições e limites**. 2020. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em:

<https://archivum.grupomarista.org.br/pergamumweb/vinculos/00008d/00008d31.pdf>. Acesso em 20 de abril de 2023.

KNOFF, J. de F. et al. **A relação entre o MST-PR e o governo Roberto Requião: análise da política da Escola Itinerante (2003-2010)**. 2013. Disponível em:

<https://mst.org.br/download/mestrado-a-relacao-entre-o-mst-pr-e-o-governo-roberto-requiiao-analise-da-politica-da-escola-itinerante-2003-2010/> Acesso em : 25 de mai de 2023

LEINEKER, M. da S. L.; ABREU, C. B.de M. A. **Educação do Campo: o processo de construção no estado do Paraná**. Disponível em:

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Mariulce-da-S.-L.-Leineker-e-Claudia-B.-de-Moura-Abreu.pdf> Acesso em: 24 de jun de 2023.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004> Acesso em: 22 de jun de 2023

LUTHER, A.; GERHARDT, T. E. Educação obrigatória, êxodo rural e fechamento das escolas do campo no Brasil. **Revista Saberes da Amazônia**, [S.L.], v. 3, n. 07, p. 281-310, 10 mar.2019. Disponível em: <<https://www.fcr.edu.br/ojs/index.php/saberesamazonia/article/view/292>> Acesso em: 30 de maio de 2023.

MARIANO, A. S.; GEHRKE, M. Ciclos, tempos e espaços educativos na proposta pedagógica das escolas itinerantes do MST. **Reflexão e Ação**, v. 29, n. 1, p. 98-113, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/>. Acesso em: 06 de jun de 2023.

MOLL NETO, R. **Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/22635> Acesso em 27 de jun de 2023

MUNARIM, A. Educação dos trabalhadores do campo e da cidade e política educacional: desafios centrais. In: PALUDO, Conceição. **Campo e cidade: em busca de caminhos comuns**. Pelotas: UFPel, 2014. p. 137 – 158

PARANÁ. Decreto nº 3.505, de 14 de fevereiro de 2011. Institui a Unidade de Gerenciamento dos Contratos de Gestão - UGCG, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, e dá outras providências. **Legislação do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69969&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 27 de mai 2023

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. - IPARDES. (org.). **Agronegócio é responsável por 33,9% do PIB paranaense, 2020** Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/Noticia/Agronegocio-e-responsavel-por-339-do-PIB-paranaense> Acesso em: 28 de abr de 2023

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (org.). **Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**: relatório de monitoramento - 1º semestre de 2016. Curitiba: IPARDES, 2016. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/multissetorial_proj_multissetorial_semestre_ipardes_1semestre2016.pdf. Acesso em: 27 de mai. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. **Cadernos temáticos: educação do campo**. Curitiba: SEED-PR, 2005. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/caderno_tematico_campo01.pdf. Acesso em: 30 de mai de 2023.

PEREIRA, C. C. et al. **A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/2825> Acesso em 20 de abr. de 2023.

PEREIRA, F. M. Traços genealógicos nas denúncias de corrupção no segundo governo Beto Richa (2014-2018). **Revista NEP-Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 1, p. 331-360, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/60230/35561> Acesso em: 30 de mai. de 2023.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; VALIM, P. de L. Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/82294/0> Acesso em 28 de mai de 2023.

MASSA JÚNIOR C.R. **Plano de governo 2022-2026: Paraná mais forte e mais justo**. [Curitiba]: PSD, 2022. Disponível em: <https://g1pr.rpc.com.br/PLANO%20DE%20GOVERNO%20RATINHO.pdf> Acesso em: 5 jun. 2023.

REICHENBACH, V. **Fechamento das escolas do campo no estado do Paraná (1997-2017): Violação do direito a educação**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Diversidade Diferença e Desigualdade Social, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em : <https://www.prppg.ufpr.br/signa/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=58628&idpograma=40001016001P0&anobase=2019&idtc=1513>. Acesso em 05 de dez de 2022.

RICHA, C. A. **Plano de Governo - Beto Richa 2011/2014**. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/33246675/plano-de-governo-beto-richa-2011-2014-governo-do-parana>. Acesso em: 28 de mai. 2023.

RODRIGUES, A.C. da S. Cláudia da Silva et al. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento. **Educação & Realidade**, [S.L.], v. 42, n. 2, p. 707-728, fev. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362017005001108&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 30 de mai de 2023.

RODRIGUES, V. da R. L. et al. **A educação do campo no contexto histórico-político do PRONERA no Maranhão: limites e desafios**. 2014. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/o-movimento-pela-educacao-do-campo-e-os-desafios-da-construcao-de-uma-politica-publica-de-educaca.pdf Acesso em 23 de jun de 2023

SANTOS, C. A. dos S. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 629-635. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf> Acesso em: 20 de abr. de 2023.

SANTOS, R. B. História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais. **Revista Teias**, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/tei/v18n51/1518-5370-tei-18-51-0210.pdf> Acesso em 28 de jun de 2023.

SILVA, A. L. B. da. A educação do campo no contexto da luta do movimento social: uma análise histórica das lutas, conquistas e resistências a partir do Movimento Nacional da Educação do Campo. **Revista brasileira de história da Educação**, Araucária, v. 20, n.112,p.1-24, fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e112> Acesso em: 23 de jun de 2023.

SILVA, K. P. da. **Dívida pública, Banco Mundial e Políticas Sociais: o financiamento externo da política educacional no Paraná (2011-2017)**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3927>. Acesso em: 30 mai. 2023.

SILVA CAMARGO, K. P.; DEITOS, R. A. O financiamento externo da política educacional no Paraná (2011-2017). **Educação**, v. 45, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1171/117162553026/117162553026.pdf> Acesso em 30 de mai de 2023.

SOUZA, M. N. de. **Políticas públicas de educação no Paraná: as condições de trabalho de professores temporários e o efeito de território na alocação de docentes como variáveis de análise**. 2016. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/43733/R%20-%20T%20-%20MARCELO%20NOGUEIRA%20DE%20SOUZA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 23 de mai de 2023.

SOUZA, M. A. de. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29,n.105, p. 1089-1111, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400008> Acesso em: 23 de jun de 2023.

VANTINI, C.B.A.; PASSADOR, C.S.; DE LIMA MEDEIROS, M. Políticas públicas sociais e educação do campo. **Ensaios FEE**, v. 36, n. 3, p. 643-674, 2015. Disponível em: <http://200.198.145.164/index.php/ensaios/article/download/2743/3616> Acesso em 20 de abr de 2023.

ZANARDINI, I.M.S. A reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade. **Perspectiva**, v. 25, n. 1, jan./jun. 2007 Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/isaurazanardini.pdf Acesso em 23 de mai de 2023